

# “PAULISTAS”?: TRAÇANDO A ORIGEM DOS ENVOLVIDOS COM A GUERRILHA DO ARAGUAIA<sup>1</sup>

Vinícius Carluccio de Andrade<sup>2</sup>

Vicente Eudes Lemos Alves<sup>3</sup>

**RESUMO:** A Guerrilha do Araguaia foi uma guerrilha rural no Sul do Pará, ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Entre 1972 e 1974, entrou em confrontos com as Forças Armadas. Com sua derrota, a narrativa hegemônica começou a propagar que os guerrilheiros seriam “paulistas”. Este estudo busca questionar esse discurso quase naturalizado, apresentando dez justificativas da relevância da temática. A metodologia consistiu em fazer um levantamento de nomes, dados e biografias de todos os envolvidos com a Guerrilha do Araguaia que constam em duas obras referentes ao tema e no terceiro volume do relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Trazendo vários mapas entre os resultados, nota-se que os envolvidos com a guerrilha - seja na preparação ou na fase dos combates - são de diversas unidades federativas do país. Há, inclusive, um estrangeiro. É fato que Rio de Janeiro e São Paulo são os estados com o maior número de representantes, mas afirmar que se trata de uma experiência armada levada adiante somente por paulistas é tomar a parte pelo todo. Para exemplificar os fluxos dos pecebistas na Ditadura Militar, são apresentados dois mapas, desenvolvidos a partir de entrevistas de membros da Guerrilha do Araguaia. As entrevistas aconteceram em 2022, 2023 e 2024 e o intervalo de tempo representado corresponde somente ao que foi citado nos depoimentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerrilha do Araguaia; Ditadura Militar; Luta armada; Cartografia.

## ARE THOSE INVOLVED WITH THE ARAGUAIA GUERRILLA FROM THE STATE OF SÃO PAULO?

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de Iniciação Científica financiada pela FAPESP (Processo nº 2024/07251-3), que deu origem ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) “Guerrilha do Araguaia: o campesinato frente ao agronegócio e a continuidade dos conflitos fundiários no Pará, Maranhão e Tocantins”, apresentado ao curso de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

<sup>2</sup> Graduado em Geografia (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), correio eletrônico: [viniciuscandrade4@gmail.com](mailto:viniciuscandrade4@gmail.com), ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5638-9420>.

<sup>3</sup> Professor doutor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), correio eletrônico: [veudes@unicamp.br](mailto:veudes@unicamp.br), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9505-185X>.

**ABSTRACT:** The Araguaia Guerrilla was a rural guerrilla in southern Pará, linked to the Communist Party of Brazil (PCdoB). Between 1972 and 1974, fought with the Armed Forces. After their defeat, the hegemonic narrative began to propagate that the guerrillas were from the state of São Paulo. This study questions this almost naturalized reasoning, presenting ten justifications for the relevance of the topic. The methodology consisted of surveying the names, data and biographies of everyone involved with the Araguaia Guerrilla, which appear in two works on the subject and in the third volume of the final report of the National Truth Commission. With several maps among the results, it is noted that those involved with the guerrilla - whether in the preparation or during the fighting phase - are from different states. There is even a foreigner. It is a fact that Rio de Janeiro and São Paulo are the states with the largest number of representatives, but that was not an armed experiment carried out only by São Paulo residents. To exemplify the flows of PCdoB militants during the Military Dictatorship, two maps are presented, developed from interviews with members of the Araguaia Guerrilla. The interviews took place in 2022, 2023 and 2024.

**KEYWORDS:** Araguaia Guerrilla; Brazilian Military Dictatorship; Armed resistance; Cartography.

## ¿LOS INVOLUCRADOS CON LA GUERRILLA DE ARAGUAIA SON DEL ESTADO DE SÃO PAULO?

**RESUMEN:** La Guerrilha do Araguaia era una guerrilla rural del sur de Pará, vinculada al Partido Comunista de Brasil (PCdoB). Entre 1972 y 1974 se enfrentó con las Fuerzas Armadas. Con su derrota, comenzó a propagarse la narrativa hegemónica de que los guerrilleros eran de São Paulo. Este estudio busca cuestionar este discurso casi naturalizado, presentando diez justificaciones de la relevancia del tema. La metodología consistió en relevar los nombres, datos y biografías de todos los involucrados con la Guerrilla de Araguaia, que aparecen en dos trabajos sobre el tema y en el tercer volumen del informe final de la Comisión Nacional de la Verdad. Al traer varios mapas entre los resultados, se observa que los involucrados con la guerrilla - ya sea en la fase de preparación o durante la fase de combate - son de diferentes unidades federativas del país. Hay un extranjero. Es un hecho que Río de Janeiro y São Paulo son los estados con mayor número de representantes, pero decir que se trata de un experimento armado realizado sólo por paulistas es tomar la parte por el todo. Para ejemplificar los flujos de pcedobistas durante la Dictadura Militar, se presentan dos mapas, elaborados a partir de entrevistas con miembros de la Guerrilha do Araguaia. Las entrevistas se realizaron en 2022, 2023 y 2024 y el intervalo de tiempo representado corresponde únicamente a lo mencionado en las declaraciones.

**PALABRAS CLAVE:** Guerrilla de Araguaia; Dictadura Militar Brasileira; Resistência armada; Cartografia.

## INTRODUÇÃO, OBJETIVO E JUSTIFICATIVAS

Este artigo é desdobramento de uma série de pesquisas a partir de um contexto de estudo na Geografia Agrária. Depois de alguns anos nos debruçando nos legados da Guerrilha do Araguaia (1972-1974), fizemos um questionamento de algo quase "naturalizado" e tornado um consenso: os "paulistas" eram paulistas? Para muitos, com o extermínio da guerrilha, passou a ser propagado que os guerrilheiros eram, na verdade, todos jovens de São Paulo que, fanatizados e ludibriados por dirigentes mais velhos do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), empreenderam a luta armada na Amazônia contra a elite política que se apropriou do Estado em abril de 1964.

Embora seja essa a narrativa oficial e veiculada por muitos militares - vide Ustra (2018) -, é recorrente também em publicações acadêmicas, reportagens de jornais, documentos do próprio PCdoB e relatórios de comissões da verdade. Há a utilização do termo "paulistas" para remeter aos guerrilheiros do Araguaia em Arroyo (1980a, p. 249), Brasil (2014a, p. 699, 2014b, p. 94), O Estado de São Paulo (1972, p. 27) e Portela (1979, p. 38). À vista disso, as perguntas que mobilizam este estudo são simples e diretas: quais são as origens dos envolvidos com a Guerrilha do Araguaia? Se realmente não eram moradores locais do Sul do Pará, de onde vieram e quais foram seus fluxos até se fixarem na região entre o final de 1960 e o início de 1970?

Desde já, fazemos alguns adendos e escolhas para a apresentação dos resultados. Utilizamos "envolvidos com a Guerrilha do Araguaia" e não "guerrilheiros do Araguaia" no título porque, como se tornará nítido na metodologia, nosso levantamento de nomes e origens não se restringiu somente àqueles que foram assassinados pelas Forças Armadas entre 1972 e 1974, mas também incluiu aqueles que foram mortos nas cidades vinculados à Guerrilha do

Araguaia. É o caso, por exemplo, de integrantes do Comitê Central do PCdoB que muito pensaram e levaram adiante um projeto de instalação de guerra popular prolongada. Ademais, empregamos, nas perguntas acima, "fluxos" porque nem sempre os militantes se mudavam permanentemente, mas viajavam para congressos e encontros estudantis. Segundo o IBGE (2013, p. 212, grifo nosso), a definição de migração é uma "forma de mobilidade espacial entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo *mudança permanente de residência*". Como não houve mudança permanente de residência, não houve migração, mas sim deslocamentos e movimentos.

Nesse caminho, nosso objetivo, a partir das perguntas motivadoras, é analisar a origem dos envolvidos com a Guerrilha do Araguaia e apontar fluxos de militantes, demarcando os limites de uma narrativa que os classifica sempre como apenas "paulistas". Apropriamo-nos da Cartografia para apresentar mapas e representações que derrubam décadas de propagação discursiva sem questionamentos. De maneira central, propomo-nos a destrinchar o que explica a distribuição espacial da origem daqueles que participaram - na elaboração teórica, na preparação ou na fase prática de combate - da Guerrilha do Araguaia.

Pode-se questionar, então, por que estudar a Guerrilha do Araguaia? Qual a sua importância? É algo que ouvimos recorrentemente e, na falta de uma justificativa, trazemos dez. São justificativas distintas e complementares, jamais excludentes ou hierárquicas. Enfrentando uma amnésia socialmente programada (Fernandes, 2023), as justificativas são as seguintes:

1. Depois do extermínio da guerrilha, ocorreu, segundo Campos Filho (2014), uma expansão da área de influência das ideias dos pecedobistas, extrapolando os municípios que continham os três destacamentos dos comunistas;
2. A Guerrilha do Araguaia foi uma das únicas guerrilhas rurais da Ditadura Militar, uma destacada particularidade. Enquanto a maioria dos grupos

atuava nos centros urbanos, o PCdoB entendeu que a luta armada seria mais efetiva no campo. Além da experiência do Araguaia, outra guerrilha rural - que nem chegou a ocorrer, pois foi descoberta antes - foi a Guerrilha do Caparaó;

3. Segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), os militares realizaram uma política de extermínio dos opositores, seguida por um esquecimento, apagamento e silenciamento (Brasil, 2014a);
4. O Estado brasileiro foi condenado, no dia 24 de novembro de 2010, na Corte Interamericana de Direitos Humanos por causa do Caso Gomes Lund e Outros (Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", 2015), referente à Guerrilha do Araguaia. Somando-se a isso, Fernandes (2023) defende que tal sentença se tornou um fator essencial para que, no ano seguinte, a CNV fosse criada;
5. Diferentemente de muitas outras organizações, a Guerrilha do Araguaia teve uma participação feminina considerável (Teles, 2014);
6. A repressão espetacular e espetacularizada não ficou somente nos guerrilheiros, mas afetou também a população local. Para Goldfarb (2020), é uma dimensão territorial das violências contra os camponeses;
7. O combate à Guerrilha do Araguaia mobilizou o maior efetivo militar no interior da história do Brasil (Maciel, 2014) e o maior efetivo militar desde a Segunda Guerra Mundial (Campos Filho, 2012). Existem divergências numéricas: Portela (1979) defende que foram 63 guerrilheiros contra 10 mil militares; Arroyo<sup>4</sup> (1980a) pontua 69 membros nas Forças Guerrilheiras do Araguaia; Oliveira (1988) apresenta uma estimativa de, no mínimo, 20 mil

---

<sup>4</sup> Arroyo (1980a) reporta o momento da Segunda Campanha, de setembro a outubro de 1972. Segundo o guerrilheiro, "desde que começou a luta, em 12 de abril, até o final de outubro, as baixas foram 18 (entre mortos e aprisionados). O total de combatentes era então de 50 (com a saída da companheira para o Sul [que desertou]). O Destacamento A estava com 19 elementos; o B, com 14; o C, com 9; a CM [Comissão Militar], com 8" (Arroyo, 1980a, p. 259).

militares; A Classe Operária<sup>5</sup> (1980), reportagem de jornal vinculado ao PCdoB, tem contas que ficam entre 25 e 26 mil membros da Aeronáutica, da Marinha e do Exército. As discordâncias existem porque os arquivos não foram integralmente abertos. Há o predomínio do silêncio quando as autoridades pincelam o Araguaia;

8. Junto aos guerrilheiros (membros anteriores do PCdoB), 29 camponeses, entendidos como "elementos de massas" nos documentos do partido, também pegaram em armas. Houve, portanto, uma certa adesão da população local (Brasil, 2014a, 2014b);
9. Devido à intensidade da violência, a Guerrilha do Araguaia tem múltiplos tópicos no relatório final da CNV. Ela aparece 1) no capítulo 14<sup>6</sup> ("A Guerrilha do Araguaia") do volume 1; 2) no subitem 6.1 ("Assassinatos e torturas de camponeses nas operações de repressão à Guerrilha do Araguaia") do tópico 6 ("Pará") da parte B ("Repressão a movimentos organizados de luta pela terra") do texto 3 ("Violações de direitos humanos dos camponeses") do volume 2; 3) no tópico 3 ("O caso Aikewara") da parte F ("Prisões, torturas, maus-tratos e desaparecimentos forçados") do texto 5 ("Violações de direitos humanos dos povos indígenas") do volume 2;
10. Como está no capítulo 15 ("Instituições e locais associados a graves violações de direitos humanos") do volume 1 do relatório final da CNV, o Pará é a unidade federativa com a maior quantidade de locais de graves violações de direitos humanos fora do Centro-Sul. Ficando atrás apenas de

---

<sup>5</sup> No texto publicado em setembro de 1976, lê-se que Exército, Marinha, Aeronáutica e polícias militares teriam de 25 a 26 mil homens, divididos em três campanhas: a primeira com 5 mil, a segunda com 15 mil e a terceira com 5 a 6 mil (A Classe Operária, 1980).

<sup>6</sup> Devemos lembrar que muitos embates se deram para que a Guerrilha do Araguaia tivesse um capítulo próprio no relatório final da CNV. Vale reforçar que a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" (2015) denuncia um descaso da comissão nacional para com esse episódio. O capítulo 14 só foi construído depois de muita pressão popular. Mesmo assim, "a Comissão Nacional da Verdade não logrou grandes avanços na investigação dos crimes ocorridos na Guerrilha do Araguaia" (Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", 2015, p. 41), muito mais repetindo do que apresentando novos fatos e novas provas.

RS, RJ e SP, tem 25 pontos, o dobro do segundo colocado fora do Sul e do Sudeste (Bahia, com 12 locais de graves violações de direitos humanos). Esse número paraense elevado é reflexo do combate à Guerrilha do Araguaia (Brasil, 2014a).

Não podemos nos esquecer, também, que a Guerrilha do Araguaia é um marco imprescindível para explicar a militarização da questão agrária e a continuidade das violências no Bico do Papagaio (Andrade; Alves, 2024a, 2024b)<sup>7</sup>. Isto posto, podemos partir para a Metodologia e para os Resultados e Discussão.

## METODOLOGIA

É crucial, por conseguinte, explicitar os critérios adotados. Para levantar o nome, o município de nascimento e a biografia dos envolvidos com a Guerrilha do Araguaia, três fontes foram fundamentais: Brasil (2014c), Campos Filho (2012) e Morais e Silva (2005). Enquanto Campos Filho (2012) e Morais e Silva (2005) apresentam anexos que são a relação de guerrilheiros mortos, desaparecidos, membros do Comitê Central do PCdoB e sobreviventes, o volume 3 do relatório final da CNV (Brasil, 2014c) é inteiramente voltado à temática de mortos e desaparecidos políticos durante a Ditadura Militar.

No desenvolvimento dos quadros (apresentados adiante), foram inseridos todos aqueles que constam nas referidas fontes. Não se tratou de uma intersecção, mas sim de uma união. Em suma, nos quadros não estão os nomes encontrados concomitantemente em Brasil (2014c) e Campos Filho (2012) e Morais e Silva (2005), mas sim em Brasil (2014c) *ou* Campos Filho (2012) *ou* Morais e Silva (2005). Trata-se de um “arredondamento para cima”. É por isso que nossos

---

<sup>7</sup> Em conformidade com os autores, “não se explica a questão agrária na divisa Pará-Maranhão-Tocantins sem mencionar a Guerrilha do Araguaia, vinculada ao lado que sofre com as violências perpetradas pelos latifundiários, escorados em milícias privadas, nas polícias militares e no Exército” (Andrade; Alves, 2024a, p. 66).

resultados trazem 84 envolvidos<sup>8</sup> com a Guerrilha do Araguaia - e não 69 guerrilheiros como constam em Arroyo (1980a) e Brasil (2014a, 2014b).

No caso de divergências, houve a predileção pelo relatório da CNV, o qual, segundo Weichert (2014, p. 124), tem um "valor legal". Sempre que um dado não estava em concordância - como grafia de nome ou município de nascimento -, adotamos o enunciado no documento oficial produzido por uma comissão ligada ao Estado brasileiro. Não é um demérito às pesquisas de Campos Filho (2012) e Moraes e Silva (2005), mas apenas uma ponderação de que esse caminho seria mais proveitoso devido ao dossiê levantado no volume 3 (Brasil, 2014c). Entre os envolvidos, aparecem camponeses que aderiram à Guerrilha do Araguaia e participaram da resistência armada.

Com a finalização das tabelas, empregamos um mapeamento no *software* QGIS, resultando nos mapas apresentados na seção seguinte. Embora alguns poucos estudos tenham deixado apêndices e anexos com os nomes dos guerrilheiros do Araguaia, não há tais produtos cartográficos. É algo novo e original que, a partir de várias bibliografias acadêmicas e documentos de época, resulta numa representação gráfica da origem dos envolvidos com a Guerrilha do Araguaia, desmistificando e desmoronando a narrativa da totalidade "paulista".

Outrossim, para mapear os fluxos, foram empregadas entrevistas com dois ex-participantes: 1) José Genoio (com entrevistas em 2022, 2023 e 2024) e 2) Criméia Alice Schmidt de Almeida (com entrevista em 2024). Após contarem suas histórias de vida, adaptamos os depoimentos para dois mapas, mostrando como se deram essas movimentações por parte de jovens, membros do PCdoB e

---

<sup>8</sup> Por essa razão, Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar e Carlos Nicolau Danielli, assassinados na cidade, aparecem entre os envolvidos com a Guerrilha do Araguaia. Ambos aparecem na lista de Moraes e Silva (2005), seja porque o primeiro estava no PCdoB desde 1962 ou porque o segundo era o responsável pela comunicação entre São Paulo e Pará. É importante salientar que ambos estão no volume 3 do relatório da CNV: Pomar na página 1880 e Danielli na página 1123 (Brasil, 2014c).

militantes do movimento estudantil, que chegaram a participar do Congresso de Ibiúna em 1968.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos o quadro 1, com os nomes completos, nomes de guerra/apelidos/codinos e municípios e unidades federativas/país de nascimento de todos os envolvidos com a Guerrilha do Araguaia que aparecem em Brasil (2014c), Campos Filho (2012) e Morais e Silva (2005). A numeração segue a ordem alfabética dos nomes. A partir dele, podemos estabelecer uma discussão. Vê-se que alguns estados não chegam a ter um representante; outros, por outro lado, destacam-se. Os estados com os maiores números de envolvidos são Rio de Janeiro (com 14 nomes, 16,67% do total), São Paulo (com 14 nomes, 16,67% do total), Minas Gerais (com 13 nomes, 15,48% do total), Bahia (com 12 nomes, 14,29% do total), Ceará (com 8 nomes, 9,52% do total) e Pará (com 7 nomes, 8,33% do total). De fato, a participação de paulistas é significativa. Eles existem, mas não correspondem nem a 20% (um quinto). Afirmar que os guerrilheiros do Araguaia são "paulistas" é tomar a parte pelo todo. Se, na disputa narrativa, os militares os adjetivavam de "terroristas", hoje, os chamam de "paulistas" para minimizar a repressão, classificando-os como "jovens inconsequentes de SP".

**Quadro 1** - Lista de envolvidos com a Guerrilha do Araguaia

<b>Número</b>	<b>Nome Completo</b>	<b>Nome de Guerra e/ou Apelido e/ou Codinome</b>	<b>Município de Nascimento</b>	<b>Unidade Federativa e/ou País</b>
1	Adriano Fonseca Filho	Chico, Chicão e Queixada	Ponte Alta	MG
2	André Grabois	Zé e Zé Carlos	Rio de Janeiro	RJ
3	Ângelo Arroyo	Joaquim, Aluizio e Ademir	São Paulo	SP
4	Antônio Alfredo de Lima	Alfredo	-	PA

5	Antônio Carlos Monteiro Teixeira	Antônio da Dina	Ilhéus	BA
6	Antônio de Pádua Costa	Piauí	Luís Correia	PI
7	Antônio Ferreira Pinto	Antônio Alfaiate	Lagoa dos Gatos	PE
8	Antonio Guilherme Ribeiro Ribas	Ferreira e Zé Ferreira	São Paulo	SP
9	Antônio Teodoro de Castro	Raul	Itapipoca	CE
10	Arildo Valadão	Ari	Itaici	ES
11	Áurea Eliza Pereira	Elisa e Áurea	Monte Belo	MG
12	Batista	-	-	PA
13	Bergson Gurjão Farias	Jorge	Fortaleza	CE
14	Carlos Nicolau Danielli	Pontes e Antônio	Niterói	RJ
15	Cilon Cunha Brum	Simão e Comprido	São Sepé	RS
16	Ciro Flávio Salazar de Oliveira	Flávio	Araguari	MG
17	Criméia Alice Schmidt de Almeida	Alice	Santos	SP
18	Custódio Saraiva Neto	Lauro	Fortaleza	CE
19	Dagoberto Alves da Costa	Miguel	São Luís	MA
20	Daniel Ribeiro Callado	Doca	São Gonçalo	RJ
21	Danilo Carneiro	Nilo	Senador Firmino	MG
22	Dermerval da Silva Pereira	João e João Araguaia	Salvador	BA

23	Dinaelza Santana Coqueiro	Mariadina e Diná	Vitória da Conquista	BA
24	Dinalva Conceição Oliveira Teixeira	Dina	Castro Alves	BA
25	Divino Ferreira de Souza	Nunes e Goiano	Caldas Novas	GO
26	Dower Moraes Cavalcanti	Domingos	-	CE
27	Eduardo José Monteiro Teixeira	Duda	-	BA
28	Elmo Corrêa	Lourival	Rio de Janeiro	RJ
29	Elza de Lima Monnerat	Dona Maria e Velha	Sapucaia	RJ
30	Francisco Manoel Chaves	Zé Francisco, Chico e Velho Chico	-	MG
31	Gilberto Olímpio Maria	Pedro, Pedro Gil e Gilberto	Mirassol	SP
32	Glênio Fernandes de Sá	Glênio	Caraúbas	RN
33	Guilherme Gomes Lund	Luiz	Rio de Janeiro	RJ
34	Helenira Resende de Souza Nazareth	Preta, Fátima e Nega	Cerqueira César	SP
35	Hélio Luiz Navarro de Magalhães	Edinho	Rio de Janeiro	RJ
36	Idalísio Soares Aranha Filho	Aparício	Rubim	MG
37	Jaime Petit da Silva	Jaime	Iacanga	SP
38	Jana Moroni Barroso	Cristina	Fortaleza	CE
39	João Amazonas	Cid, Tio Cid e Velho Cid	Belém	PA
40	João Carlos Campos Wisnesky	Paulo Paquetá	Rio de Janeiro	RJ

41	João Carlos Haas Sobrinho	Doutor Juca, Juca e Bula	São Leopoldo	RS
42	João Gualberto Calatrone	Zebão	Nova Venécia	ES
43	José Genoio Neto	Geraldo	Quixeramobim	CE
44	José Huberto Bronca	Zeca Fogoió	Porto Alegre	RS
45	José Lima Piauhy Dourado	José e Ivo	Barreiras	BA
46	José Maurílio Patrício	Mané e Manoel do B	Santa Teresa	ES
47	José Toledo de Oliveira	Vítor	Uberlândia	MG
48	Kleber Lemos da Silva	Carlito e Kelé	Rio de Janeiro	RJ
49	Líbero Giancarlo Castiglia	Joca	San Lucido	Itália
50	Lourival Moura Paulino	-	Belém	PA
51	Lucia Maria de Souza	Sônia	São Gonçalo	RJ
52	Lúcia Regina de Souza	Regina	-	SP
53	Lucio Petit da Silva	Beto	Piratinga	SP
54	Luisa Augusta Garlippe	Tuca	Araraquara	SP
55	Luiz Renê Silveira e Silva	Duda	Rio de Janeiro	RJ
56	Luiz Vieira de Almeida	Luizinho	Teresina	PI
57	Luzia Reis Ribeiro	Lúcia e Baianinha	Jequié	BA
58	Manoel José Nurchis	Gil	São Paulo	SP
59	Marcos José de Lima	Ari Armeiro, Zezinho Armeiro e Zezinho do A	Nova Venécia	ES
60	Maria Célia Corrêa	Rosa e Rosinha	Rio de Janeiro	RJ
61	Maria Lúcia Petit da Silva	Maria	Agudos	SP

62	Maurício Grabois	Mario e Tio Mário	Salvador	BA
63	Micheas Gomes de Almeida	Zezinho e Zezinho do Araguaia	Capanema	PA
64	Miguel Pereira dos Santos	Cazuza	Recife	PE
65	Nelson Lima Piauhy Dourado	Nelito e Alexandre	Jacobina	BA
66	Orlando Momente	Landin, Landinho, Alexandrine e Alandrine	Rio Claro	SP
67	Oswaldo Orlando da Costa	Osvaldão e Mineirão	Passa Quatro	MG
68	Paulo Mendes Rodrigues	Paulo	Cruz Alta	RS
69	Paulo Roberto Pereira Marques	Amaury	Pains	MG
70	Pedro Albuquerque Neto	Pedro	-	CE
71	Pedro Alexandrino Oliveira Filho	Peri	Belo Horizonte	MG
72	Pedro Carretel	Carretel	-	PA
73	Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar	Mário	Óbidos	PA
74	Regilena Carvalho	Lena	Pedralva	MG
75	Rioco Kayano	-	-	SP
76	Rodolfo de Carvalho Troiano	Manoel do A	Juiz de Fora	MG
77	Rosalindo Sousa	Mundico	Caldeirão Grande	BA
78	Suely Yumiko Kanayama	Suely e Chica	Coronel Macedo	SP

79	Telma Regina Cordeiro Corrêa	Lia	Rio de Janeiro	RJ
80	Tereza Cristina Albuquerque	Ana	-	CE
81	Tobias Pereira Júnior	Josias	Rio de Janeiro	RJ
82	Uirassu de Assis Batista	Valdir	Itapicuru	BA
83	Vandick Reidner Pereira Coqueiro	João, João do B e João Goiano	Boa Nova	BA
84	Walkíria Afonso Costa	Walk	Uberaba	MG

**Fontes:** Brasil (2014c), Campos Filho (2012) e Morais e Silva (2005). Elaboração dos autores (2024).

A narrativa oficial, propagada insistentemente, cai por terra. Há uma diversidade de estados representados (em ordem alfabética), conforme o quadro 2. Além dos citados, Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Sergipe não foram os estados de origem de nenhum envolvido identificado no levantamento. Mato Grosso do Sul e Tocantins não existiam como entes da federação no período da guerrilha. Não obstante, também não têm representação.

24

**Quadro 2** - Estados de origem dos envolvidos com a Guerrilha do Araguaia

Unidade Federativa e/ou País	Sigla	Quantidade de guerrilheiros e envolvidos	% por Unidade Federativa e/ou País
Bahia	BA	12	14,29
Ceará	CE	8	9,52
Espírito Santo	ES	4	4,76
Goiás	GO	1	1,19
Maranhão	MA	1	1,19
Minas Gerais	MG	13	15,48
Pará	PA	7	8,33
Pernambuco	PE	2	2,38
Piauí	PI	2	2,38

Unidade Federativa e/ou País	Sigla	Quantidade de guerrilheiros e envolvidos	% por Unidade Federativa e/ou País
Rio de Janeiro	RJ	14	16,67
Rio Grande do Norte	RN	1	1,19
Rio Grande do Sul	RS	4	4,76
São Paulo	SP	14	16,67
Itália	IT	1	1,19
<b>Total</b>	-	84	100,00

**Fontes:** Brasil (2014c), Campos Filho (2012) e Morais e Silva (2005). Elaboração dos autores (2024).

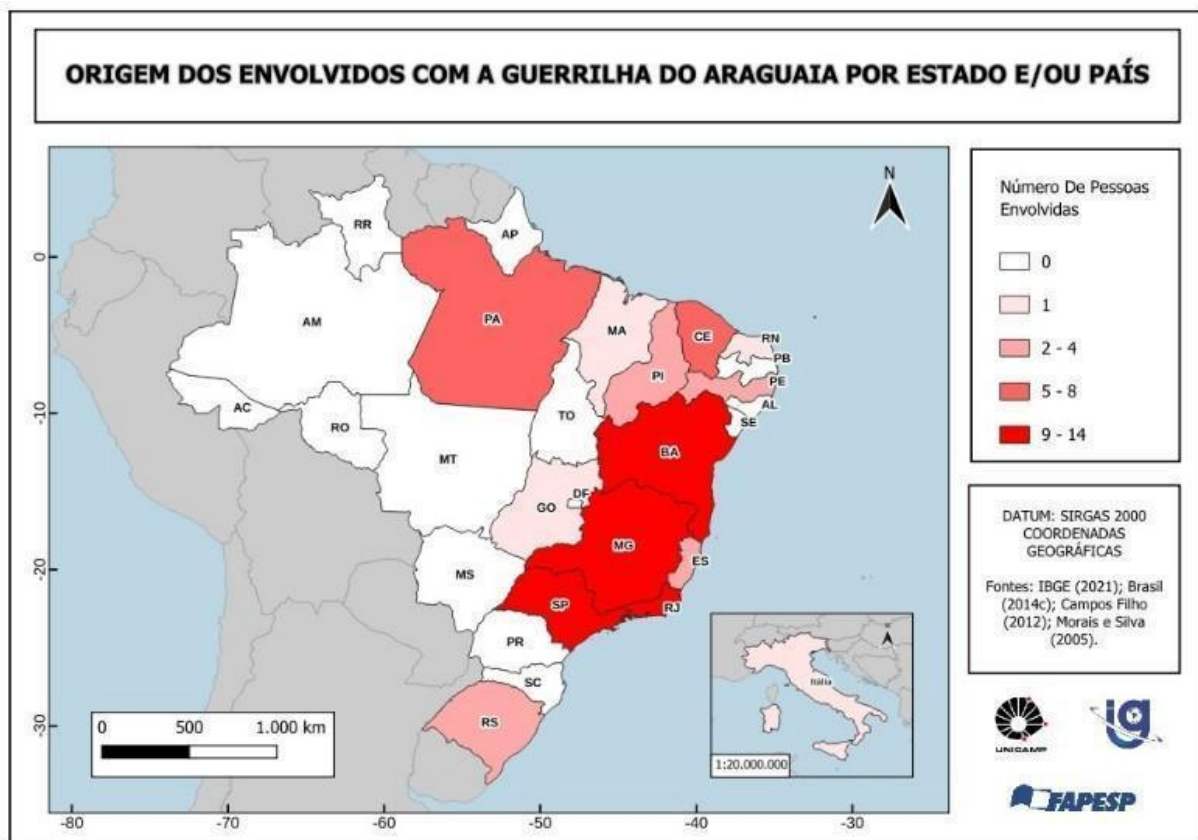
Visto que a Guerrilha do Araguaia se deu em uma região de vaivém (Portela, 1979), com intensiva chegada de trabalhadores devido à migração orientada da Ditadura Militar, os pecedobistas disfarçaram suas identidades. Há, inclusive, um estrangeiro que participou da guerrilha rural. Líbero Giancarlo Castiglia, nascido em San Lucido, Cosenza, é o único não-brasileiro a compor as Forças Guerrilheiras do Araguaia. Sua biografia, encontrada entre as páginas 1499 e 1502 do volume 3 do relatório final da CNV (Brasil, 2014c), desnuda que “Joca” veio para o Brasil ainda jovem com sua família. Morou em Rondonópolis (MT) por um longo tempo antes de partir para o Araguaia. Enquanto residiu no Centro-Oeste, chegou a abrir uma oficina com Daniel Ribeiro Callado, “Doca”, também integrante da guerrilha. Da mesma forma, há indivíduos com pouquíssimas informações. É o caso de Francisco Manoel Chaves, de quem não se sabe seu município de nascimento<sup>9</sup>.

É verdade que os estados do Sudeste (SP, RJ, MG e ES) são a origem de mais da metade (53,57%) dos envolvidos com a guerrilha, mas isso não os torna “paulistas”. Assim, trazemos a figura 1, mapa da concentração da origem de

<sup>9</sup> Luiz (2018) fez um estudo sobre “Zé Francisco”, “Chico Velho” ou “Velho Chico”. Mais detalhes aparecem em sua tese de doutorado, onde se lê que “um dos futuros guerrilheiros do Araguaia, o marinheiro negro Francisco Manoel Chaves (1906-1972) iniciou sua trajetória comunista na década de 1930, a partir da adesão à insurreição revolucionária realizada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935” (Luiz, 2023, p. 94). Em outro trecho, Luiz (2023, p. 105) destrincha um pouco mais da história do mineiro: “quando a Guerrilha teve início, ele já estava com sessenta e seis anos. Mesmo assim, optou por se deslocar até o Araguaia; e lá permanecer no período de adaptação e após os conflitos terem sido iniciados”.

envolvidos com a Guerrilha do Araguaia por unidade federativa e/ou país, efeito da dinâmica populacional brasileira. Vê-se a distribuição espacial. Para dar movimento a ela, elaboramos também a figura 2, mapa de fluxos dos envolvidos com a Guerrilha do Araguaia. A partir do município de nascimento de cada um, fizemos retas para indicar a ida ao Araguaia. Constata-se, novamente, uma multiplicidade de municípios. Na figura 2, foram inseridos somente os municípios de nascimento dos militantes acerca dos quais há informações. De acordo com o quadro 1, há nomes com falta de dados, porque as respectivas famílias não entraram em contato com comissões de reparação ou porque não foram encontradas certidões de nascimento.

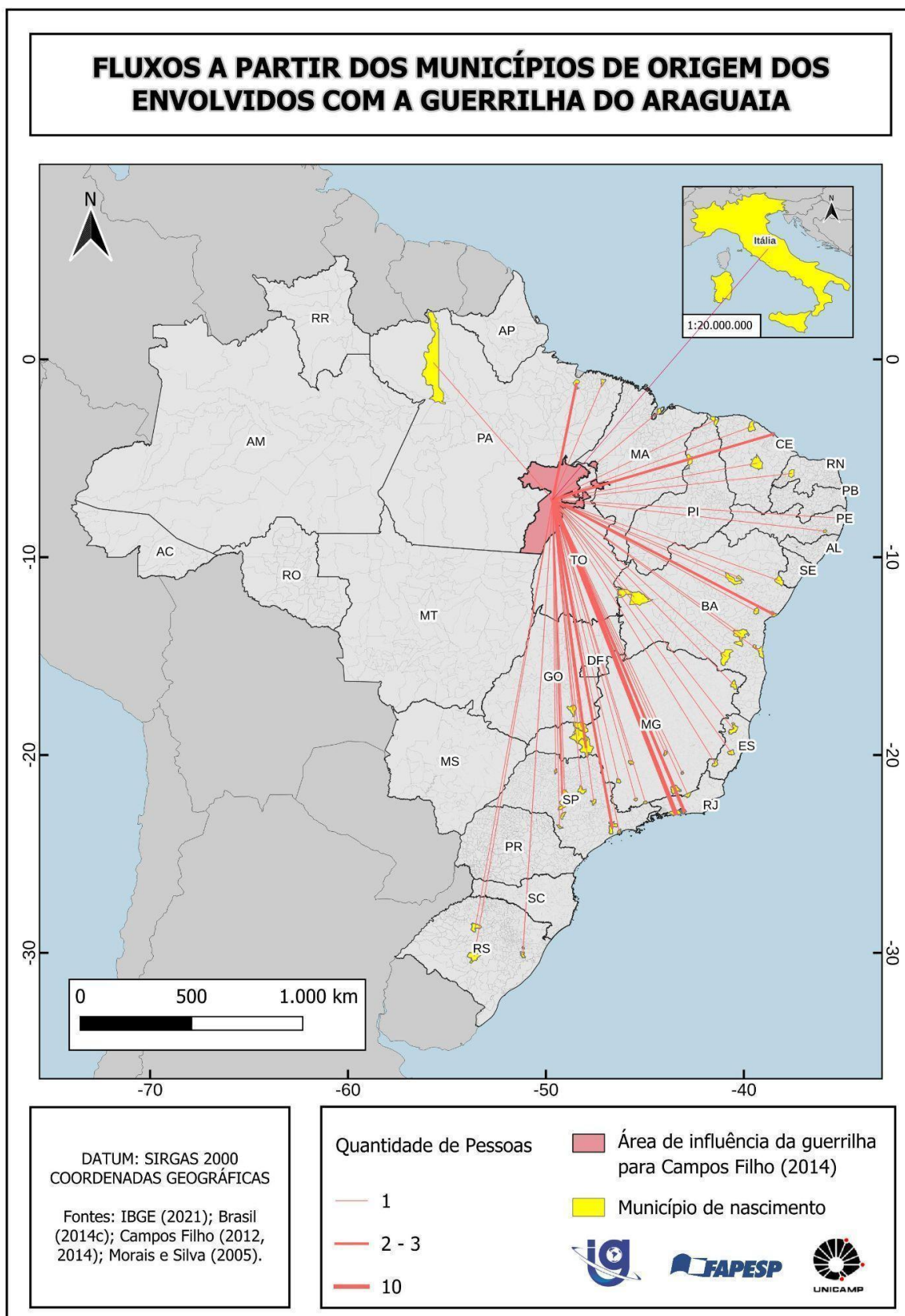
**Figura 1** - Concentração de envolvidos com a Guerrilha do Araguaia por estado e/ou país<sup>10</sup>



**Fonte:** Elaboração dos autores (2024).

<sup>10</sup> Agradecemos a Rafael Vidotte Mativi pelo auxílio na confecção dos mapas e produtos cartográficos utilizados neste artigo.

**Figura 2 - Fluxos dos envolvidos com a Guerrilha do Araguaia**



**Fonte:** Elaboração dos autores (2024).

Contudo, essas minúcias foram desconsideradas ao longo das décadas. Até mesmo a presença de alguns paraenses, camponeses que se uniram aos pecedobistas durante a década de 1970, é esquecida, embora Arroyo (1980a, 1980b) e Portela (1979) tenham indicado um apoio de mais de 90% da população local. Mesmo com o “apoio<sup>11</sup> quase total da população do Araguaia aos guerrilheiros” (Portela, 1979, p. 44), fruto dos anos prévios de contato, diz-se que era uma implantação de fora, externa ao Pará, feita por “paulistas”. Tamanho descuido aparece, por exemplo, quando Portela (1979, p. 34) afirma que “o clã dos “paulistas” começa a ser formado no Araguaia” para citar Osvaldão, João Amazonas, Elza Monnerat e Ângelo Arroyo. Como se verifica no primeiro quadro, eles são, respectivamente, de MG, PA, RJ e SP, mas acabam sendo chamados de “paulistas”.

Isso leva, inclusive, a uma questão de nomenclatura identificada por Andrade (2023). Ainda que grande parte dos estudos faça menção à Guerrilha do Araguaia, Martins (1986) aborda uma Guerrilha *de Xambioá* (aumentando a área de conflito) enquanto Maciel (2014) escreve sobre uma Guerrilha *no Araguaia-Tocantins*. Dessa maneira,

A toponímia importa: enquanto “Guerrilha do Araguaia” dá a entender que foi um movimento orgânico daqueles que viviam no próprio local, “Guerrilha no Araguaia” mostra que foi uma implantação de fora, isto é, de jovens de centros urbanos e/ou de grandes cidades, com certa formação acadêmica que, de fora para dentro, escolheram o Araguaia como área ideal. A guerrilha [quando se fala *no Araguaia*] foi planejada em um local longínquo e implantada no Pará (Andrade, 2023, p. 41, *italico no original*).

---

<sup>11</sup> É essencial reforçar, aqui, que, para Genoio Neto (1980, p. 305), o primeiro guerrilheiro preso com a chegada do Exército em abril de 1972, “há diferenças entre apoio e participação efetiva”. É por isso que na obra de Morais e Silva (2005) os camponeses são poucos: Antônio Alfredo de Lima, Batista, Lourival Moura Paulino, Luiz Vieira de Almeida e Pedro Carretel. Há falta de documentação acerca dos “29 camponeses recrutados” (Brasil, 2014b, p. 124) e, por essa limitação, eles não aparecem no quadro 1.

Tal constatação não é uma novidade nem nada tem de original, posto que é um debate que permeia documentos do PCdoB desde a metade da década de 1970. Como os guerrilheiros seguiam a via chinesa (Campos Filho, 2012) e o PCdoB afirmava reiteradamente que "a questão camponesa é o problema-chave da revolução" (Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil, 1980, p. 79; Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1980, p. 114), a adesão local era uma preocupação.

Nesse contexto, aparece a metáfora dos "dois Brasis". Em conformidade com o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (1974, 1980), cada Brasil teria sua importância na revolução e na implantação da guerra popular prolongada. O "Brasil das grandes cidades", cuja economia seria mais pujante, teria a responsabilidade em dois momentos: no primeiro, durante a preparação, de fazer agitação política e enviar militantes; no segundo, durante a realização da luta armada, de garantir o suprimento de recursos materiais. Com isso em mente, muitos pecebobistas foram dos centros urbanos e dos mais diversos estados (BA, CE, ES, GO, MA, MG, PA, PE, PI, RJ, RN, RS e SP) para o "Brasil do interior", palco da guerra e caracterizado pelo abandono do Poder Público.

Anos depois, foi motivo de opiniões conflitantes entre membros do mesmo partido, algo exposto por Wladimir Pomar (1980). Nossa intenção não é fazer um aprofundamento, mas apenas indicar que há uma discordância. Sem tomar um lado definitivo (afinal nosso objetivo é apenas responder se os "paulistas", envolvidos com a Guerrilha do Araguaia, eram paulistas<sup>12</sup>), citamos qual indivíduo

---

<sup>12</sup> A importância de explicitar a origem dos envolvidos reside em desmontar o discurso de que todos eram paulistas, refutando uma narrativa hegemônica que foi construída para, nas últimas décadas, desqualificar a luta armada na Amazônia e subestimar a repressão. Todavia, isso não basta para compreender a complexidade da Guerrilha do Araguaia. Assim, a avaliação incontornável constitui-se no seguinte: a despeito da construção do movimento guerrilheiro fundamentado teoricamente no maoísmo, sua ação se deu pautada na guerra popular prolongada? Uma discussão bibliográfica mais aprofundada é necessária para debater a projeção (ou não) das atividades desde o urbano, mas é possível salientar que a meta da guerrilha era envolver o movimento camponês para desencadear o cerco da cidade pelo campo, evitando um "aventureirismo" acriançado e juvenil, creditado exclusivamente a um grupo do Sudeste, sem

defende cada ideia. Se Arroyo (1980b) olha para a guerrilha com um balanço altamente positivo, Pedro Pomar (1980) desenvolve uma autocrítica<sup>13</sup> e reforça que uma guerra popular é uma guerra de massas. De acordo com seu pai, Wladimir Pomar enuncia uma tese dura - e crítica - de que a Guerrilha do Araguaia teria sido uma manifestação de blanquismo<sup>14</sup>, pois “a preparação, o desencadeamento e a condução da luta guerrilheira no Araguaia *não* correspondeu à concepção teórica de uma guerra popular” (Pomar, W., 1980, p. 26, *itálico no original*).

Após trilharmos brevemente o caminho das autocríticas, podemos apontar fluxos de dois militantes, mapeados com base em entrevistas concedidas aos autores deste artigo. Um ponto de concordância entre ambos os relatos reside no marco do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, instituído logo depois do Congresso de Ibiúna. Com o AI-5 e o recrudescimento do regime, as possibilidades se fecharam e ficaram, por exemplo, com a clandestinidade, o exílio ou a prisão. Para fugir da repressão, muitos se movimentaram, como são os casos de José Genoíno e Criméia Alice Schmidt de Almeida. Conforme pontuado na Introdução, não falaremos necessariamente de migração, afinal, em alguns momentos, não houve mudança de residência, mas

---

participação local. É fato que a tomada das armas antecedeu a politização, mas a fixação excessiva no trabalho político-partidário apaga a relação camponato-guerrilha, que originou avanços como a organização de esquerda União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP).

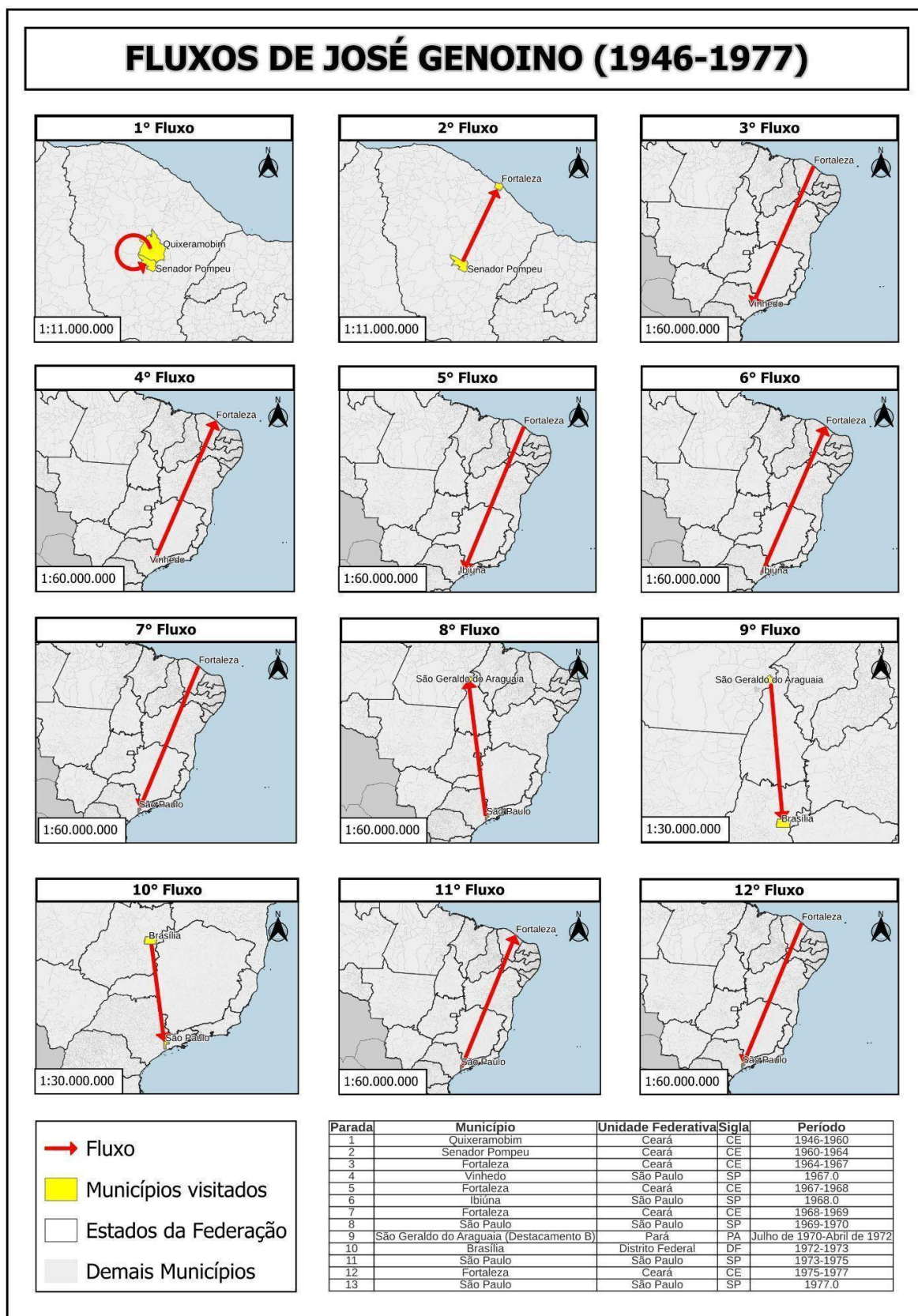
<sup>13</sup> Eis um resumo da autocrítica: “o número de elementos de massas ganhos para a guerrilha foi insignificante, principalmente se se considera como um êxito formidável o tempo de duração da luta armada. Mesmo assim, não se soube trabalhar com esses elementos. (...) Tudo leva a crer que a guerrilha se iniciou como um corpo a corpo dos comunistas contra as tropas da ditadura militar. (...) A conquista política das massas não pode ser efetuada só depois da formação do grupo guerrilheiro. Tampouco este deve ser constituído única e exclusivamente, mesmo que seja apenas no princípio, de comunistas” (Pomar, P., 1980, p. 298).

<sup>14</sup> Para não deixar dúvidas, aqui está uma definição de blanquismo, feita pelo próprio autor: “a concepção blanquista (...) vê o processo revolucionário como um processo que depende da decisão e da vontade de um grupo ou partido e não como um processo, no qual se criam objetivamente, independente de qualquer grupo, partido ou mesmo classe, condições revolucionárias específicas” (Pomar, W., 1980, p. 59).

apenas fluxos. Os fluxos mapeados correspondem *somente* àqueles citados nas entrevistas, entendidos como os de maior importância pelos entrevistados.

A figura 3 é um mapa dos fluxos de José Genoino entre 1946 e 1977, intervalo citado nas três entrevistas que se deram em 2022, 2023 e 2024. Nascido no interior do Ceará, passou por várias paradas e esteve tanto no Congresso de Vinhedo (1967) quanto no Congresso de Ibiúna (1968). Era, naquela época, membro do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Ceará, o qual chegou a presidir. Com o cerco se fechando sobre as organizações estudantis, morou, de 1969 a 1970, em São Paulo, até se deslocar para o Araguaia, onde ficou no atual município de São Geraldo do Araguaia (PA), local do Destacamento B. Chegou na metade de 1970 e por lá permaneceu até sua prisão, no dia 18 de abril de 1972, quando foi levado para a capital federal para interrogatórios e prisão. Quando liberado, passou a morar em São Paulo (SP), até ser anistiado em 1979.

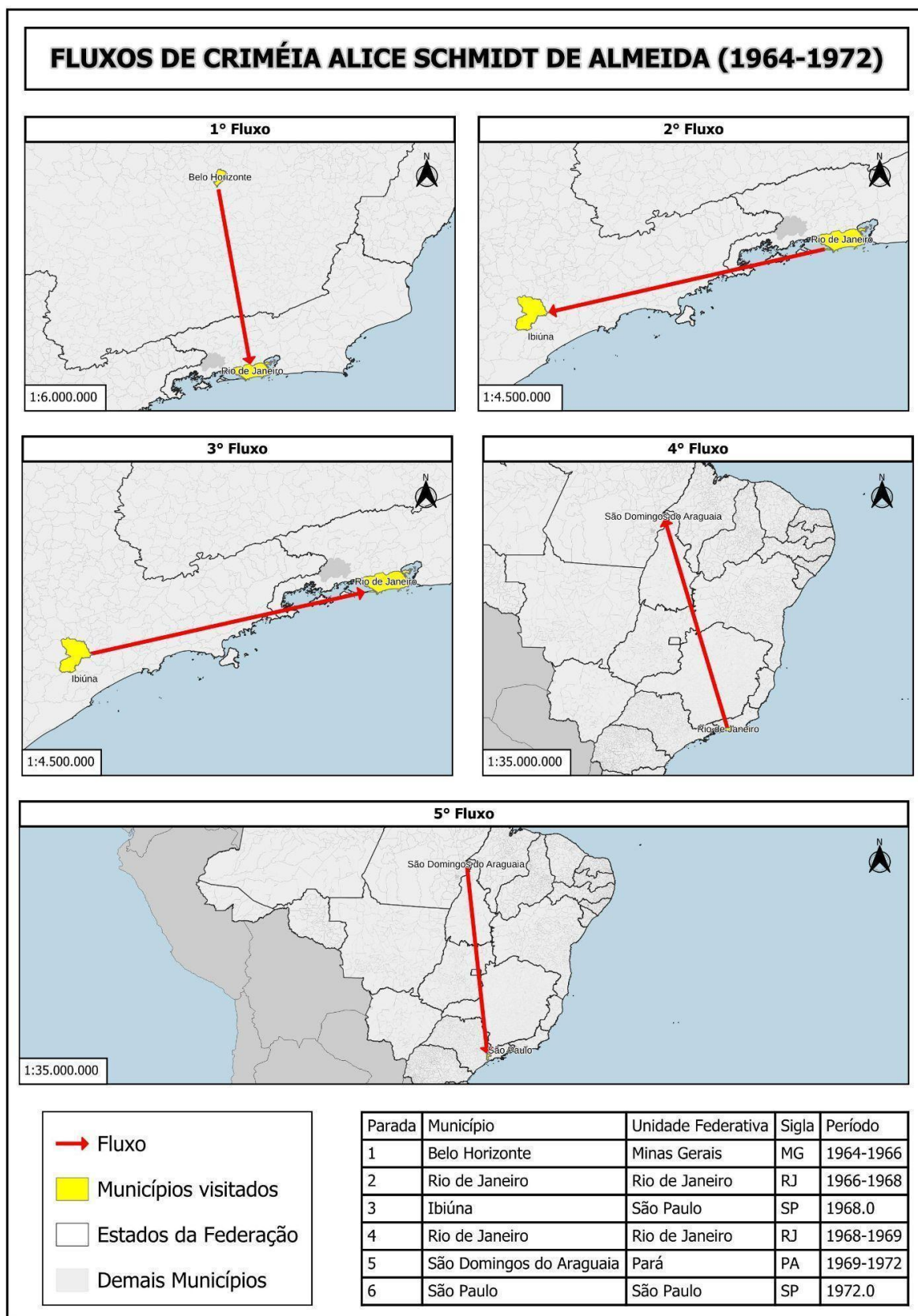
Figura 3 - Fluxos de José Genoino (1946-1977)



Fonte: Elaboração dos autores (2025) a partir de entrevistas com José Genoino (2022, 2023, 2024).

A figura 4 é um mapa de fluxos da paulista, nascida em Santos (SP), Criméia Alice Schmidt de Almeida. O intervalo corresponde aos anos de 1964 e 1972, citado na entrevista que ocorreu em 2024. Segundo a entrevistada, saiu, com sua família, de Belo Horizonte (MG) por causa do Inquérito Policial Militar (IPM). Ingressou no curso de enfermagem da Faculdade Ana Nery, no Rio de Janeiro (RJ), e se envolveu com o movimento estudantil, chegando a participar do Congresso de Ibiúna, quando foi presa. Com o AI-5, ainda no Rio de Janeiro, começou a se organizar e a pressionar a direção do PCdoB para que a liberassem rumo ao Araguaia. Em outra entrevista, Criméia descreve esse momento: "eu comecei a morar em vários pontos, entende, cada dia numa casa, e eu fui presa em outubro [de 1968]. Em dezembro veio o AI-5, aí veio a clandestinidade mesmo, eu parei de estudar" (Lima, 2008, p. 194). Foi a primeira mulher a compor a Guerrilha do Araguaia, chegando em janeiro de 1969 e por lá permanecendo até agosto de 1972, quando se deslocou para São Paulo (SP), doente de malária (Lima, 2008). Na capital paulista, foi presa.

**Figura 4 - Fluxos de Criméia Alice Schmidt de Almeida (1964-1972)**



**Fonte:** Elaboração dos autores (2025) a partir de entrevista com Criméia Alice Schmidt de Almeida (2024) e Lima (2008).

Com o levantamento de nomes de envolvidos com a Guerrilha do Araguaia, encontrados no quadro 1, questionamos a narrativa de que ela foi feita somente por “paulistas”. Os guerrilheiros do Araguaia não eram todos paulistas. Como é possível pegar um atributo de 14 dos 84 envolvidos e o generalizá-lo para todos, minimizando uma política deliberada de extermínio extrajudicial (Brasil, 2014a) e uma caçada humana para não deixar sobreviventes (Campos Filho, 2012, 2014)? Os mapas, do mesmo modo, auxiliam a mostrar como eram os fluxos dos envolvidos com a guerrilha, exemplificando dois casos de dois entrevistados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria muita pretensão declarar que a Guerrilha do Araguaia é uma síntese do Brasil. De maneira comedida, podemos afirmar que sua composição é, ao menos, um retrato da diversidade e da heterogeneidade da formação socioespacial brasileira. Embora os estados com os maiores números de envolvidos sejam Rio de Janeiro e São Paulo, isso é um reflexo do papel do “Brasil das grandes cidades” (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1974, 1980), onde reside - e residia, à época - a maior parte da população.

Retomando a pergunta motivadora, suscitada após anos de pesquisa na temática, os “paulistas”, como são chamados os guerrilheiros do Araguaia, não são todos paulistas. Desvelamos, portanto, uma narrativa que não é inócua ou inocente, mas tem uma finalidade: generalizar que os membros das Forças Guerrilheiras do Araguaia eram paulistas para minimizar a repressão, dando a entender que o avanço das Forças Armadas se deu sobre um conjunto de inexperientes, originários das maiores cidades do país, que não sabiam o que estavam fazendo no meio da mata.

Quando essa manobra discursiva aparece, anos prévios de contato dos pecedobistas com os camponeses são apagados. É essa generalização que este estudo questiona. Ao levantarmos nomes e biografias, falamos de sujeitos, de

peessoas com suas histórias, e não de números que foram assassinados por uma ditadura implacável. Em prol de um ideal claro e objetivo, os guerrilheiros envolveram-se com a população local. Ao serem aniquilados e exterminados, ainda sofrem com um apagamento de suas origens. A negação da diversidade das origens dos envolvidos com a guerrilha é um *continuum* em vários documentos, principalmente os produzidos por militares ou apologetas do regime militar.

Mais uma vez, reforçamos: diante da importância de se estudar a Guerrilha do Araguaia, em conformidade com as dez justificativas que estão na Introdução, apenas uma parcela de sua composição nasceu em São Paulo, mas não o todo. Além disso, os fluxos mapeados ajudam a entender o dinamismo e os movimentos, dentro do território nacional, daqueles que, em oposição ao golpe de 1964, ficaram na clandestinidade.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Vinícius Carluccio de. As lutas camponesas influenciadas pela Guerrilha do Araguaia no Pará, Maranhão e Tocantins. **Revista Mutirão (Folhetim de Geografias Agrárias do Sul)**, Recife, v. 4 (Dossiê do X Simpósio Internacional de Geografia Agrária), n. 3, p. 38-61, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2675-3472.2023.261531>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ANDRADE, Vinícius Carluccio de; ALVES, Vicente Eudes Lemos. Considerações sobre a Guerrilha do Araguaia na Geografia Agrária. In: XIII Semana de Geografia da Unicamp - Geografia em tempos de crise e solidariedade, 2024, Campinas. **Anais da XIII Semana de Geografia da Unicamp**, Campinas: 2024a, p. 63-67.

ANDRADE, Vinícius Carluccio de; ALVES, Vicente Eudes Lemos. Legados da Guerrilha do Araguaia (1972-1974): resistência camponesa frente ao agronegócio e permanência de formas-conteúdo. **Revista Espaço e Geografia**, Brasília, v. 27, p. 120-153, 2024b. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/50114>. Acesso em: 03 out. 2024.

ARROYO, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia (1974). In: POMAR, Wladimir (org.). **Araguaia: o Partido e a guerrilha**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980a. p. 249-274.

ARROYO, Ângelo. Um grande acontecimento na vida do país e do Partido (1975). In: POMAR, Wladimir (org.). **Araguaia: o Partido e a guerrilha**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980b. p. 275-290.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade (v. 1)**. Brasília: CNV, 2014a. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Acesso em: 05 dez. 2024.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade (v. 2)**. Brasília: CNV, 2014b. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_2\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf). Acesso em: 05 dez. 2024.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade (v. 3)**. Brasília: CNV, 2014c. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf). Acesso em: 05 dez. 2024.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Araguaia: depois da guerrilha, outra guerra - a luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela ideologia da Segurança Nacional (1975-2000)**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, co-edição com a Editora Anita Garibaldi, 2014.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO "RUBENS PAIVA". **Relatório - Tomo I - Parte III - A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil**. São Paulo: Alesp, 2015. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20181221034132/http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I\\_Tomo\\_Parte\\_3\\_A-sentenca-da-Corte-Interamericana.pdf](https://web.archive.org/web/20181221034132/http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_3_A-sentenca-da-Corte-Interamericana.pdf). Acesso em: 27 set. 2024.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. O golpe de 1964 e seus ensinamentos (Agosto de 1964). In: POMAR, Wladimir (org.). **Araguaia: o Partido e a guerrilha**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980. p. 65-90.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Guerra popular - caminho da luta armada no Brasil (Rio de Janeiro, Janeiro de 1969). In: POMAR, Wladimir (org.). **Araguaia: o Partido e a guerrilha**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980. p. 91-118.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. O Partido Comunista do Brasil na Luta contra a Ditadura Militar (Novembro de 1967). In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974. p. 23-70.

FERNANDES, Pádua. **Ilícito absoluto**: a família Almeida Teles, o coronel C. A. Brilhante Ustra e a tortura. São Paulo: Patuá, 2023.

GENOINO NETO, José. Para a guerra, não basta a vontade heróica. In: POMAR, Wladimir (org.). **Araguaia**: o Partido e a guerrilha. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980. p. 303-312.

GLORIOSA Jornada de Luta. A Classe Operária, n. 110, set. 1976. In: POMAR, Wladimir (org.). **Araguaia**: o Partido e a guerrilha. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980. p. 145-156.

GOLDFARB, Yamila. As violações de direitos humanos das populações camponesas: entre passado, presente e futuro. In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan (org.). **Espectros da ditadura**: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 466-483.

IBGE. **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529>. Acesso em: 20 nov. 2024.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. Entrevista com Criméia Alice Schmidt de Almeida. **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**, v. 26, n. 1, p. 191-214, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24201/19640>. Acesso em: 02 dez. 2024.

LUIZ, Janailson Macêdo. **Lutas pela autonomia, sonhos de revolução**: uma história da participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974). 2023. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15082023-113015/publico/2023\\_JanailsonMacedoLuiz\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15082023-113015/publico/2023_JanailsonMacedoLuiz_VCorr.pdf). Acesso em: 06 dez. 2024.

LUIZ, Janailson Macêdo. Notas sobre a clandestinidade: Francisco Manoel Chaves e a participação negra nas mobilizações comunistas no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 94-107, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/ls.v22i40.46676>. Acesso em: 05 dez. 2024.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil** - As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1986.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

POMAR, Pedro. Intervenção no debate sobre o Araguaia. In: POMAR, Wladimir (org.). **Araguaia: o Partido e a guerrilha**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980. p. 291-302.

POMAR, Wladimir. O partido e a guerrilha. In: POMAR, Wladimir (org.). **Araguaia: o Partido e a guerrilha**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980. p. 1-64.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1979.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **RIDH (Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos)**, Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173/97>. Acesso em: 25 nov. 2024.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A Verdade Sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. Brasília: Editora Ser, 2018.

WEICHERT, Marlon Alberto. O relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. **Projeto História**, São Paulo, n. 50, p. 86-137, ago. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/24040/18200>. Acesso em: 01 jul. 2024.

Submetido em: 05 de janeiro de 2025.

Aceito em: 12 de fevereiro de 2026.

Publicado em: 14 de abril de 2026.